

Mino Carta – O Brasil
Rio de Janeiro: Record, 2013
Rosana Corrêa Lobo¹

Entre o sonambulismo e os quatrocentões: o Brasil de Mino Carta

Num balanço das narrativas brasileiras produzidas durante os anos de ditadura, o ensaio *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*, Flora Süssekind, comenta que a prosa desse período privilegiaria a “literatura do eu”, dos depoimentos, das memórias e da poesia biográfico-geracional (Süssekind, 1985, p. 42).

O sucesso dessa literatura político-memorialista se explicaria, segundo a autora, em parte pela tentativa das gerações mais jovens de suprir, via memória, as lacunas do seu próprio conhecimento histórico. Como no jornalismo, o interesse explicitado por tais obras seria o de informar. E informar, segundo prescreve a ideologia da objetividade jornalística, com um texto que pareça neutro e no qual chame mais a atenção o fato do que a maneira de narrar (Süssekind, 1985, p. 44).

Nessa linha acaba de aparecer o romance *O Brasil*, publicado no primeiro semestre de 2013, pela editora Record, do jornalista Mino Carta. Também ele se utiliza aqui da dicção autobiográfica, que dominou o panorama literário brasileiro pós-64, misturando ficção e memória. Ao contrário das narrativas que marcaram o período, no entanto, Mino é mais cuidadoso na elaboração do enredo, na escolha das palavras e no repertório cultural de que se vale para compor a trama que se passa quase por completo nas principais redações do país - *Estadão, Folha, O Globo, Veja, IstoÉ* - retratando de tal ponto de vista os anos de ditadura e reabertura política.

O romance se divide em duas partes, uma “ficcional”- cujo protagonista é o ambicioso jornalista Abukir - que é intercalada por chamados “entreatos”, nos quais Mino Carta narra suas próprias memórias de convívio com políticos, intelectuais e empresários que marcaram a história do Brasil. Assim, os generais Golbery do Couto e Silva e Emílio Garrastazu Médici, além de nomes como Lula, Victor

¹ Doutoranda em literatura, cultura e contemporaneidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. É bolsista da Capes. E-mail: rosanaclobo@gmail.com

Civita e Raymundo Faoro, entre outros, passeiam pelas 355 páginas do livro – tanto na parte ficcional quanto na memorialista –, cuja questão central gira em torno de três temas intimamente ligados à realidade do país: a existência de um povo eternamente sonâmbulo, a perpetuação das oligarquias no poder e a atuação de uma imprensa elitista que trabalha para manter as coisas como sempre foram.

Em sintonia com os tracionais intérpretes do Brasil Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro, Mino vê nos 350 anos de escravidão vividos no país uma tragédia com feridas ainda expostas: “Plantou-se na vasta quadra o destino do País, enraizado na impossibilidade de confronto entre casa-grande e senzala, o capataz agita o chicote, o negro oferece as costas, o senhor deitado na rede fuma o seu charuto” (p. 286).

Predação, violência e submissão. Talvez sejam essas, segundo Mino, as características mais latentes de nossa cultura denunciadas no romance, seja no passado colonial e escravocrata, seja nos dias atuais de pretensa liberdade. É um país “brutalmente marcado a ferro, boizão indefeso, pela ferocidade dos herdeiros da Casa-Grande” (p. 267), resume Paulo, personagem que representa uma consciência humanista da realidade nacional.

Nesse ponto, talvez fosse conveniente notar que Demétrio Giuliano Gianni – Mino Carta – uma das mais influentes figuras do panorama da imprensa brasileira nas últimas décadas, não nasceu no Brasil, país a que chegou em 1946, vindo da Itália. É esse olhar estrangeiro que permite ao jornalista elaborar a sua interpretação do Brasil com certo distanciamento. O ponto de vista de quem pode a qualquer momento se transportar para fora da gaiola é necessariamente muito diverso daquele de quem nunca soube o que é não estar na casa grande ou na senzala.

Dito isso, somente dois episódios da história brasileira, para Mino, destoariam desse desenho: a campanha das Diretas Já e a eleição de Lula à Presidência. O surgimento de uma nova liderança sindical em São Bernardo do Campo, que vai culminar na greve de 1980, é, para o autor, um divisor de águas na história do país. Seria um dos raros movimentos de resistência, “de longe a mais eficaz produzida no Brasil desde 64 e que subverte o constante andamento do confronto capital-trabalho” (p. 232).

A manifestação das Diretas Já, por sua vez, teria acendido a crença de que a pressão popular poderia se alastrar contra a vontade dos donos do poder e da sua mídia. Durante a campanha, a “agitação andrajosa,

colonial, de todos os dias” teria sido substituída pela “marcha de turbas embandeiradas [...] rios de gente que ergue faixas com escritas de denúncia, reclamo, exigência” (p. 312). Trata-se, de acordo com Mino, de um episódio inesperado e singular na história nacional, até porque sem comparações viáveis com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, passeata realizada pelas classes altas das grandes cidades brasileiras às vésperas do *putsch* de 1964.

Essa elite oligárquica seria a dos chamados “quatrocentões”. “Às vezes, mudam os nomes, os rostos e os cenários, e no entanto são os mesmos, senão os intérpretes, ao menos os papéis”, pontua o autor (p. 286). Os mesmos donos do dinheiro e do poder, passando pelos meios de comunicação: a família Marinho, d’*O Globo*; os Frias, da *Folha*; os Mesquita, do *Estadão*; os Nascimento Brito do *Jornal do Brasil*; os Civita, do Grupo Abril; os Magalhães, que dominam a imprensa baiana.

Diferente dos heróis românticos ou dos malandros que perambulam pelas páginas da literatura nacional, o jornalista Abukir é uma espécie de “títere do sistema”, como sugere Alfredo Bosi, no prólogo do livro. É um sujeito amoral cujo objetivo é ascender socialmente, ter um terno cortado pelo mesmo alfaiate do dr. Júlio Neto, um dos donos do *Estadão*, e conviver com os quatrocentões graúdos que frequentam os restaurantes mais caros de São Paulo.

Através da história do jornalista, intercalada com histórias pessoais de Mino Carta, o romance revela que, ao contrário do que propõem os manuais de redação das faculdades de jornalismo, a imprensa, ao menos a brasileira, está longe de ser objetiva ou referencial. Os jornais, como apontam o autor e o protagonista do romance, exprimem as ideias dos donos. É uma teia de colunistas, articulistas e comentaristas a serviço dos donos do poder.

É com tristeza que Mino constata que a chamada redemocratização política é a impecável continuação da ditadura, que por sua vez é uma continuação do coronelismo e do Brasil colônia: “Os oligarcas a postos em santa paz, os corruptos à vontade em santa impunidade [...] a mídia, por tradição instrumento de poder, passa a confundir-se com o próprio e a engodar a minoria privilegiada e beócia enquanto o povo estaciona na inconsciência da cidadania, miserável e inerte” (p. 321).

As sucessivas derrotas sociais e democráticas acabariam por criar uma geração que vive alheia à questão política, voltada completamente para o trabalho, sem ideologia alguma, como parece ser o caso de

Abukir e Rebeca, a segunda esposa do protagonista. O casal acaba se preocupando em trocar de carro todos os anos, ter uma boa conta no banco e subir na carreira. É um contundente exemplo do individualismo egoísta em detrimento do ideal de coletividade.

O próprio Mino Carta oscila entre a desilusão e a esperança. Vê de um lado a esquerda, nascida na casa grande, incapaz de reverter os rumos da história e arregimentar a senzala contra o patrão. De outro, aposta no mito edênico do Brasil como um país “abençoado por Deus e bonito por natureza”, iniciado em 1500 com a carta de Pero Vaz Caminha. Mino arrisca: “[O] Brasil anda sozinho à revelia dos homens e ainda saberá aproveitar-se por completo dos dons recebidos da natureza” (p. 348).

A proposta do autor, de usar a literatura como ferramenta para explicar a nação, tem longa tradição no Brasil. Começa bem antes da literatura político-memorialista que marcou os anos de autoritarismo, criticada por Flora Süssekind, no trecho que abre esta resenha. Como lembra Silviano Santiago, em *Uma literatura anfíbia* (2004), os nossos melhores livros apontam para a arte e também para a política, ao denunciar as mazelas oriundas do passado colonial e escravocrata da sociedade brasileira, bem como os regimes ditatoriais que assolam a vida republicana.

O crítico dá uma explicação plausível para esse tipo de estratégia: se a educação no Brasil não tivesse sido privilégio de poucos desde os tempos coloniais, talvez tivéssemos podido escrever de outra maneira o panorama da literatura brasileira. Talvez pudéssemos nos ater a dois princípios da estética, deleitar e comover, e deixar de lado um terceiro princípio, o de ensinar (Santiago, 2004, p. 73). No entanto, a deficiência do ensino formal no país ainda exige a produção de romances que, como *O Brasil*, de Mino Carta, preencham lacunas do conhecimento histórico.

Referências

CARTA, Mino (2013). *O Brasil*. Rio de Janeiro: Record.

SANTIAGO, Silviano (2004). Uma literatura anfíbia. In: *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SÜSSEKIND, Flora (1985). *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.